

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA EFETIVAÇÃO DE UM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AAE) NO MEIO RURAL

Maria José Rufino Batista ¹
Aleksandre Saraiva Dantas ²

RESUMO

O presente trabalho busca tratar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, dentro do contexto da educação do campo evidenciando elementos teóricos acerca do tema. A pesquisa é bibliográfica e documental, com estudo de artigos científicos. Partindo de tais concepções, o trabalho visa evidenciar no campo acadêmico a temática educação especial na perspectiva da inclusão na educação do campo, tendo como objetivos específicos, analisar as salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do campo, através de artigos bibliográficos com intuito de propor soluções possíveis para efetivação dessa política nas escolas do ambiente rural, assim realiza-se um estudo sobre os documentos e leis que abordam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação do campo. Seguindo por uma busca de informações em sites os quais são de domínio público, a exemplo secretaria de educação do município de Mossoró-RN. Para dialogar com as nossas discussões, trouxemos teóricos como Caldart, Arroyo, Lopes entre outros. Como conclusão se dá constatado que a efetivação da educação especial no campo se faz possível, mediante uma educação contextualizada, que parte da diversidade e que se tenha políticas públicas que visem a garantia desse direito assim como que assegure a educação de qualidade e formação de profissionais capacitados para atuarem no campo e com educação especial.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Educação do campo, Atendimento Educacional Especializado.

¹ Graduada do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e graduanda do Curso de Especialização em Educação e Contemporaneidade do IFRN- Campus Mossoró-RN, mariarufinobatista73@gmail.com;

² Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Professor orientador: titulação, Faculdade Ciências - UF, aleksandre.dantas@ifrn.edu.com.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que o papel da educação especial na perspectiva inclusiva é garantir o aprendizado dos educandos/as que são público alvo dessa modalidade de ensino nas salas de aula comuns. Isso deve ser feito considerando suas particularidades, a partir de um olhar sensível e comprometido com a busca de solucionar questões relacionadas a entraves/barreiras que comprometem o desenvolvimento educacional, respeitando as diferenças e incentivando a diversidade.

Em se tratando da educação do campo, assim como a educação inclusiva, historicamente sofre com o descaso e o pouco interesse do poder público. Nesse mesmo contexto os sujeitos do campo são vistos como pessoas sem perspectiva de vida e/ou profissão, precisando apenas ter como noções básicas o saber lidar com a terra, animais e atividades voltadas para esse meio. De forma que, seus conhecimentos e especificidades não são reconhecidos nem tão pouco respeitados, tornando-se uma educação falha e pouco atraente.

Partindo de tais concepções, o presente trabalho visa evidenciar no campo acadêmico a temática educação especial na perspectiva da inclusão na educação do campo, tendo como objetivos específicos, analisar as salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do campo, através de artigos bibliográficos com intuito de propor soluções possíveis para efetivação dessa política nas escolas do ambiente rural, identificar documentos e leis sobre a educação especial e a educação do campo, demonstrar as escolas do campo no município de Mossoró-RN e apresentar a experiência de inclusão a partir do trabalho da sala do AEE, vivenciada pela a autora.

As pessoas com deficiência e também as que residem no campo, ao longo de suas vidas, se deparam com uma série de situações nas quais são conduzidas a exclusão social. A sociedade ainda apresenta dificuldades para compreender as pessoas com deficiência como capazes de gerir sua própria vida, com isso surge o aumento dos estereótipos e a exclusão. Enfatizamos que a educação especial se configura como um desafio para toda a sociedade, principalmente quando se refere as escolas do campo, haja vista que estas possuem um histórico de negligência no tocante a efetivação de uma educação que comtemple a realidade dos sujeitos.

Nesse cenário, identifica-se uma relevância em conhecer trabalhos relacionados a temática para que possa ser dada a devida atenção e seriedade ao tema abordado e

fazermos uma reflexão e mudança de postura frente à diversidade e inclusão das pessoas, independente de quaisquer que sejam suas especificidades.

Muitos são os fatores, os quais nos levaram a realização desse trabalho, contudo, uma motivação em específico despertou nosso interesse em discutir o tema. Essa motivação trata de acontecimentos do período em que a autora ainda se encontrava no processo de graduação. Enquanto graduanda da Licenciatura em Educação do Campo, na disciplina de estágio II, cuja atividade foi realizada em uma escola Municipal da zona Rural de Mossoró no estado do Rio Grande do Norte no ano de 2019, observou-se um trabalho de pintura na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que nos chamou atenção.

Essa pintura que se destacava por fazer parte de um trabalho importantíssimo para a inclusão, realizado por alunos com deficiências atendidos pela professora do AEE. Um trabalho que, apesar da importância, não tinha sido divulgado e a comunidade escolar desconhecia tal talento. A autora da pintura era uma educanda com múltipla deficiência, que era atendida no AEE da Escola Municipal Professor Maurício de Oliveira, localizada no Assentamento Eldorado dos Carajás II, na Agrovila Paulo Freire s/n, MAÍSA, zona rural de Mossoró-RN. E se encontrava exposta na sala, mas em decorrência da pouca valorização dos sujeitos com deficiência, não havia sido dada a mesma atenção a qual acreditamos ser necessária.

Para tanto, apresenta-se “Caminhos possíveis para uma educação inclusiva no campo”, com elementos que comprovam a possibilidade das discussões de autores/as sobre a educação especial na educação do campo, e atendimento educacional especializado, apresentado posteriormente na metodologia do trabalho.

METODOLOGIA

Trabalho de cunho exploratório, com foco em dados e informações sobre a educação especial na educação do campo, um tema pouco explorado, mas de suma importância, com pesquisa bibliográfica, através de estudo em artigos científicos, documental e por analisar documentos que regem sobre a lei que ampara os direitos da pessoa com deficiência e a população campesina.

De acordo com os autores: Minayo, et al (2002):

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto

conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro e coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, et al, 2002, p. 16).

Considerando a literatura um suporte fundamental na realização da pesquisa, para elaboração desse trabalho, primeiramente foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico tendo como fundamentos, textos científicos alocados em bases de dados eletrônicos. A realização da pesquisa desencadeou-se, inicialmente, por meio de busca sobre artigos na plataforma *scielo*, sobre educação especial na educação do campo.

Corroborando com essa ideia,

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA e MIOTO, 2007, p.07).

Em seguida para compor o corpo teórico desta pesquisa foi realizado um estudo sobre os documentos e leis que abordam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e Educação do Campo. Seguindo por uma busca de informações em sites os quais são de domínio público, a exemplo secretaria de educação do município de Mossoró-RN, para saber a quantidade de escolas no campo e quais possuem sala do AEE, para uma maior familiarização com a realidade e comunidade da autora.

Segundo os autores: Poupart, et al (1997):

Porém, ainda que algumas características da análise documental possibilitem recorrer ao documento vantajoso em certos níveis, que seu uso suscita também algumas questões. Se, efetivamente, à análise documental elimina em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito, não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina. (POUPART, et al, 1997, p. 295).

Dando continuidade aos procedimentos, prosseguimos com a observação da autora, diante de uma experiência pessoal sobre o trabalho na sala de AEE, na comunidade em que trabalha e reside. Na atualidade, a autora, estudante do curso de especialização em educação e contemporaneidade e gestora na Escola Municipal Professor Maurício de Oliveira, escola a qual foi cenário de todos os trabalhos acadêmicos da autora.

REFERENCIAL TEÓRICO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Com os crescentes avanços e transformações sociais a inclusão de pessoas com deficiência nas classes regulares de ensino se tornou algo mais que necessário para a vida das famílias e estudantes com deficiência. Uma vez que essa modalidade de ensino foi conquistada a partir do direito das pessoas com deficiência de estarem inseridos nas instituições regulares de ensino e não mais em instituições construídas especificamente para lidar com esse público, onde por vezes acaba por segregar as pessoas a partir de suas especificidades.

Para tanto, dentro das instituições de ensino deve ocorrer o atendimento educacional especializado - AEE que tem como função especificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que excluam as barreiras para a plena participação dos educandos/as que possuem deficiência, altas habilidades e superdotação nas escolas de ensino regular. Ou seja, para aqueles os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Araújo (2016) traz em seu pensamento que o AEE funciona como elemento articulador exercendo uma mobilização sobre os olhares dos/as educandos/as com deficiências e sua aprendizagem. Em relação ao funcionamento do AEE:

A principal barreira visualizada pelos professores/as para efetivar a articulação entre a prática da sala de aula e o atendimento educacional especializado se refere ao professor/a do AEE, que atende ao aluno com deficiência no contraturno de aulas. O fato de estar presente na escola apenas um turno e não se encontrar com o professor/a do aluno atendido inviabiliza a troca de informações e orientações sobre a aprendizagem e intervenções. (ARAÚJO, 2016, p. 18).

Nesse ambiente da educação especial, o AEE é uma variante do ensino que percorre todos os níveis, etapas e modalidades, disponibilizando recursos e serviços. Sobre a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular e deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: Sala de recursos multifuncionais, espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a sua realização.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MEIO RURAL

Como vimos nas discussões anteriores, a educação especial e a educação do campo possuem suas particularidades e em alguns aspectos, algumas semelhanças. Pode-se destacar a fragilidade no tocante a efetivação dos direitos que assegurem o bom funcionamento de ambas.

No que se refere a educação do campo, seus reconhecimentos foram constituídos através de lutas e conquistas dos movimentos sociais camponeses, no entanto, há muitas fragilidades e cabe muita mudança a ser realizada, sobretudo no que diz respeito as adequações das metodologias e materiais direcionados para as escolas do campo. Sabemos que os materiais e métodos pedagógicos devem ser adaptados para a região e localidade rural, assim como os recursos e materiais pedagógicos destinados à educação especial devem ser planejados e desenvolvidos com base nas necessidades educacionais dos educandos com deficiência, altas habilidades e superdotação.

Tendo em vista que ambas as modalidades de ensino possuem suas fragilidades, pretende-se aqui evidenciar como tem se constituído a educação especial na perspectiva da educação do campo. Se analisarmos as modalidades da Educação Especial e Educação do Campo, é perceptível as lacunas e pontos de melhorias, contudo, quando junta-se as duas fica ainda mais nítido o quanto ainda se faz urgente traçar caminhos para atender as demandas específicas.

Palma (2016) enfatiza que:

Os indivíduos com deficiência que residem em regiões rurais são duplamente vulneráveis, pelo lugar onde vivem e pela condição imposta por sua deficiência. Desta forma, as políticas não podem ser apenas universalistas, elas precisam garantir o atendimento às especificidades, considerando as diferenças. (PALMA, 2016, p. 40)

A pintura mostra como as pessoas com deficiência são capazes de transmitir a sensibilidade em uma obra de arte, desmistificando que educandos/as com algum tipo de deficiência são incapazes e são incapacitados. Visto que, todos tem a capacidade de aprender, porém em ritmos e formas diferentes. Nesse âmbito, há uma relevância em pesquisar como acontece o AEE nas escolas do campo. Logo nos indagamos acerca de quanto potencial é desperdiçado, pois estudantes com deficiência não possuem oportunidades e garantia de acesso mínimo a escolaridade, principalmente em se tratando da realidade do sujeito rural.

Com base no que foi relatado acima, é evidente a necessidade de que um atendimento especializado no campo se constitui como algo urgente e necessário, para atender a demandas desses educandos em específico. No tocante a ambas as modalidades de ensino concordamos com Palma (2016) quando ela relata:

A Educação Especial diante da audiência da homogeneidade busca sempre mostrar a capacidade dos indivíduos com deficiência e inseri-los na sociedade. A Educação do Campo busca igualdade no direito, defendendo que o campo não é um lugar arcaico e sem produtividade. (PALMA, 2016, p. 51).

Em um espaço onde possui diversas dificuldades, como o ambiente rural, esse acesso a uma educação inclusiva acaba encontrando diversas barreiras. Sabe-se que, no ambiente rural, em determinados espaços até mesmo o deslocamento é difícil, o acesso a informação é limitado, a falta de recursos das famílias camponesas por vezes pode afetar na garantia de um tratamento adequado para os filhos que necessitam de maior atenção e acompanhamento especializado de diferentes profissionais de saúde.

Por isso, é primordial que o atendimento desses estudantes ocorra dentro da localidade em que residem, à medida que “A falta de disponibilidade dessa estrutura em áreas como o campo, periferias e outras regiões do país acarreta dificuldades para a efetivação de uma educação inclusiva, uma vez que tais serviços são a base das diretrizes educacionais no Brasil.” (LOPES, et al. 2016, p. 612)

Ou seja, direito a participar do AEE no seu contra turno, a um profissional de apoio escolar para auxiliá-lo na sua permanência dentro das instituições de ensino. Uma vez que todos estudantes têm necessidades diferentes, no entanto, alguns estudantes necessitam de um apoio e uma atenção especial no seu processo de aprendizagem, o AEE funciona como um recurso que auxilia no processo de ensino e aprendizagem para estes estudantes, ao qual corrobora para que essa aprendizagem aconteça.

Apesar dos debates em pesquisas e trabalhos acadêmicos, a educação especial é algo novo para a maioria da população e para os que já conhecem, estes estão em processo de aprendizagem por meio da pesquisa, nem todos os professores dispõem de conhecimentos específicos para lidar com estudantes com deficiência, as instituições de ensino superior só possuem como obrigatoriedade a oferta da disciplina de LIBRAS, cuja mesma se destina a um público específico da educação especial, não contemplando a diversidade de necessidades existentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente tem-se debatido bastante sobre a educação especial no contexto inclusivo, como também a educação do campo, tendo em vista que, somente na plataforma *scielo*, foram encontrados 164 artigos abordando as temáticas separadamente, no entanto há poucos trabalhos sobre a educação especial nas escolas do campo, debatendo a junção dos dois temas na mesma plataforma foram encontrados apenas seis. Como se não houvesse deficientes na zona rural ou não necessitassem de um atendimento especializado por morarem na zona rural.

Os documentos e leis que contemplam as modalidades da educação especial e a educação do campo, existem, no entanto há muito a ser feito para que as leis sejam efetivadas, é preciso mais fiscalizações e acompanhamento dos órgãos públicos, é lamentável o pouco caso que fazem com a população campesina. Os estudos dessas leis contemplam a educação e a contemporaneidade.

De acordo com os dados no site da secretaria da educação do município de Mossoró-RN, a rede atende 93 unidades, entre elas temos o CADV (Centro de Atendimento ao Deficiente Visual), 50 UEIs (Unidade de Educação Infantil) e 42 escolas que atendem da educação infantil até o ensino fundamental II. Foi feita a separação ente escola e UEIs, devido as UEIs não ofertarem sala de AEE.

Voltando para as escolas que são no total 42, destas temos 35 localizadas na zona urbana e 17 na zona rural e destas, apenas 5 possuem sala de AEE. A escola Maurício de Oliveira é uma dessas escolas do campo, que possuem sala de AEE, no entanto se encontra sem atendimento devido à falta de professor. Embora a pesquisa não seja de abordagem quantitativa, os dados apresentados mostram a falta de interesse em levar inclusão e desenvolvimento para a zona rural.

Certificando-se que a escola analisada se encontra sem professor de AEE desde 2020, ou seja, são três anos que a escola não oferta o atendimento educacional necessário para os estudantes com deficiência atendidos pela escola, neste mesmo contexto devemos salientar que são escolas no campo e não do campo. Ou seja a escola não contempla a educação do campo, apenas está localizada no campo.

Realidade que esperamos que seja mudada, com a aprovação da lei que inclui expressamente a pedagogia da alternância entre as metodologias adequadas à educação do campo, aprovada recentemente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A pedagogia da alternância é uma metodologia predominante da educação do

campo, onde os estudantes alternam entre o tempo escola e tempo comunidade, o que favorece as especificidades de cada realidade e valoriza os saberes dos povos do campo. As salas de AEE, funciona como um suporte que complementa o aprendizado do estudante com deficiência, para se trabalhar no sala multifuncional, o profissional deve ser especializado em Atendimento Educacional Especializado, é uma sala como o próprio nome já de múltiplas funções, e deve ser suprida dos mais variados matérias pedagógicos, que atendam as especificidades de cada deficiente, de cada estudante, estimulando seu aprendizado, mas respeitando suas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da autora relatada logo em seguida aponta como é significativa a educação especial nas escolas do campo, sua efetivação colabora de forma positiva na formação dos sujeitos do campo, enfatizamos a importância da valorização das pessoas com deficiência que residem e estudam no campo. Essa pesquisa também é muito importante para o campo acadêmico, fortalecendo o conhecimento dos estudantes sobre suas vivências e a ciência.

A presente pesquisa buscou além de discutir a educação especial no meio rural, objetivou despertar o senso de que a educação especial e inclusiva na perspectiva da educação do campo é possível e muito necessária. Acreditamos que ao conhecer melhor as vivências desses sujeitos, será possível debater mais sobre educação inclusiva e a educação especial, temas tão importantes e essenciais para nossa sociedade. Que além de promover mais pesquisas sobre a temática, estimulará uma extensa visibilidade tornando o sistema educacional brasileiro mais inclusivo.

Enfatizamos que para a realização de revisão bibliográfica, encontramos algumas dificuldades para localizar referencias tendo em vista que a temática não possui a visibilidade cujo tema merece, nesse sentido, a pesquisa contribui para a disseminação do tema, como também traçar caminhos para a efetivação de políticas públicas e garantia do direito dos sujeitos rurais.

Como vimos, muitos são os caminhos para alcançarmos uma educação de qualidade e eficácia, mas é preciso que tenhamos em mente que esse caminhar é possível, reconhecendo a capacidade de aprendizado, respeitando as diferenças, com metodologias e sistemas que atendam a todos, pois não basta apenas compreender o que é educação especial e não a colocar em prática. O estudo sobre as salas do AEE está dentro dessa

diversidade e complexidade existente nas escolas do campo, o que irá contemplar conhecimento a sociedade na busca de direitos e efetivação dos mesmos.

Uma vez que a inclusão não deve acontecer apenas em locais específicos destinados a esse público, como a sala de recursos multifuncionais, ou associações, clínicas e hospitais, mas também, na sala comum das escolas, no pátio, na biblioteca, ou seja, em todo ambiente escolar, e para além desse ambiente institucional, que tenhamos uma sociedade mais justa, igualitária que preze pelo respeito e promova a diferença.

Os espaços da sociedade são plurais e diversos, para tanto, ao se pensar a educação é essencial considerar esses fatores para que se possa promover a formação dos indivíduos em espaços mais humanizados a partir das suas capacidades. Assim sendo, compreende-se que o desenvolvimento de metodologias específicas a partir das habilidades dos estudantes é um bom caminho para se promover a inclusão, e conseqüentemente de um ambiente mais humanizado. Entendemos que esse trabalho cumpriu com o objetivo ao qual se propôs e desejamos que sirva de embasamento para construção de outras discussões e debates.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Débora do Nascimento Fernandes de; ALVES, Caroline Diniz Nóbrega; SILVA, Cleidiane de Oliveira; SANTOS, Renata Cláudia Silva; CASTRO, Paula Almeida de. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA, POLÍTICA EDUCACIONAL E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3. 2016, Natal. **Anais [...]**. Natal: Conedu, 2016. p. 1-12.

ARAÚJO, Érika Soares de Oliveira. **Atendimento educacional especializado para educandos/as com deficiência intelectual na escola regular**: possibilidades de intervenção numa perspectiva inclusiva. 187f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedex**, [S.L.], v. 27, n. 72, p. 157-176, ago. 2007.

AZEVEDO, Tássia Lopes. **Experiências de pais e mães de crianças com deficiência**: Estudo comparativo entre múltiplas variáveis. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BARRETO, Ângela Maria. Os espaços de leitura. **Revista Eca**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.41-53, 2007.

BRASIL. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF. 2009.

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, jun. 2009. Câmara inclui na LDB a pedagogia da alternância para jovens do campo. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/527041-CAMARA-INCLUI-NA-LDB-A-PEDAGOGIA-DA-ALTERNANCIA-PARA-JOVENS-DO-CAMPO>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FONSECA, Gêssica Fabiely. **Aprender e ensinar na escola inclusiva: desafios na construção da identidade de pedagogos.** 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FREIRE, Kátia Maria De Aguiar et al. **Entre o discurso e a prática, afetividade e distanciamento: a formação de professores como caminho para o desenvolvimento e qualidade da educação inclusiva.** Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68545>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

LOPES, J. C.; PULINO, L. H. C. Z.; BARBATO, M.; PEDROZA, R. L. S. Construções coletivas em educação do campo inclusiva: reflexões sobre uma experiência na formação de professores. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 607-623, 2016. DOI: 10.1590/S1517-97022016144743. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/120635>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PALMA, Debora Teresa. **ESCOLAS DO CAMPO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.** Tese (Mestrado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, p. 142. 2016.

Poupart, Jean; Deslauriers, Jean-Pierre; Groulx, Lionel-H; Laperriere, Anne; Mayer, Robert; Pires, Alvaro. **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professor/aes: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 293-308, jun. 2017.

•